I. Rotas de fuga

3 DE SETEMBRO DE 1939

> A guerra – esta ou outra – equivale ao eclipse de todas as coisas do espírito.
>
> André Breton

Agosto de 1939: o mundo entra em pânico. Nas embaixadas e chancelarias, nos palácios presidenciais e ministeriais, portas são batidas diante da guerra iminente. O Acordo de Munique foi ratificado no ano anterior, sem que a tensão entre as nações diminuísse de maneira duradoura. Após invadir a Áustria e o território dos sudetos, Hitler ameaça a Polônia. Em 23 de agosto, para espanto geral, ele assina um pacto de não agressão com Moscou.

No dia 29, Berlim envia um ultimato para Varsóvia: o Reich quer Danzig. A Polônia protesta. O secretário de Estado do Foreign Office, lorde Halifax, comunica-se ininterruptamente com o seu homólogo polonês.

Na França, Édouard Daladier, presidente do Conselho, nomeia o general Weygand comandante das operações no Mediterrâneo oriental e o envia para Beirute.

Em Roma, Benito Mussolini propõe a realização de uma nova Conferência de Munique.

Londres mobiliza seus reservistas do exército regular.

Paris requisita as linhas férreas para futuros transportes de tropas e equipamentos.

Na noite de 30 para 31 de agosto, Joachim von Ribbentrop, ministro das Relações Exteriores do Reich, convoca Sir Henderson, o embaixador britânico em Berlim. Algumas horas depois, o ministro plenipotenciário inglês envia um telegrama desesperado para Londres: a questão polonesa parece sem solução.

Em 31 de agosto, em sua sala da Chancelaria, Hitler envia um aviso confidencial ao comando militar alemão: o ataque contra a Polônia terá início no dia seguinte, às 4h45.

Em 1º de setembro de 1939, na hora marcada, as divisões de infantaria e motorizadas fixam base em Varsóvia.

Em Londres, pela manhã, o exército, a marinha e a força aérea são mobilizados.

Em Paris, o Conselho dos Ministros decreta mobilização geral e declara estado de emergência na França e na Argélia.

No dia seguinte, o primeiro-ministro britânico, Neville Chamberlain, telefona para Édouard Daladier, sugerindo-lhe que a França e a Inglaterra declarem guerra à Alemanha. Paris pede um prazo de 48 horas: o tempo necessário para finalizar a mobilização de suas tropas.

À noite, Henderson recebe a ordem de solicitar novo encontro com o ministro das Relações Exteriores alemão para o dia seguinte, um domingo. Às nove horas, o emissário britânico encontra o porta-voz do ministério. Este recebe o comunicado oficial do governo britânico, transmitindo-o de imediato ao grande chefe do Reich: Londres informa a Berlim que, se em 3 de setembro, às onze horas da manhã, o Führer não tiver se comprometido a retirar as tropas alemãs da Polônia, os dois países entrarão em guerra.

Uma hora após o recado britânico, o sr. Coulondre, embaixador da França em Berlim, manda parar seu carro em frente ao Ministério das Relações Exteriores. Ribbentrop o recebe. O enviado francês traz o ultimato de seu governo, igual ao de Londres. O ministro comunica a resposta sem pestanejar: a Alemanha não vai evacuar a Polônia.

Começa a Segunda Guerra Mundial.

Pacifismos

> Os generais que morrem na guerra cometem um erro profissional.
>
> Henri Jeanson

Três meses e meio depois da declaração de guerra, em Paris, o tribunal militar se reúne nas instalações da segunda câmara correcional para julgar o sr. Henri Jules Louis Jeanson, roteirista, dialogista e jornalista, réu por ter escrito insanidades nas colunas do jornal *Solidarité internationale antifasciste*. Essa gazeta, fundada pelo anarquista Louis Lecoin, três anos antes fizera campanha a favor do envio de armas para os libertários espanhóis da Federação Anarquista Ibérica (FAI). Aqueles que escrevem em suas páginas são, portanto, duplamente culpados: em 1936, por terem criticado a decisão de não intervenção do governo francês na Espanha; em 1939, por defenderem teses pacifistas em um país em guerra.

A acusação não censura Henri Jeanson por ter escrito os roteiros de *Pépé le Moko* ou de *Hôtel du Nord*. O que está em questão é sua pena de jornalista, com a qual traçou palavras inclassificáveis a respeito da autoridade militar encarregada de velar pela segurança nacional. Em tempos de guerra, não se pode escrever impunemente nestes termos ao presidente do Conselho:

> Provavelmente incorporam minha modesta pessoa a uma parte do território e não pretendem dispensar meu vulto de soldado de segunda classe das próximas corveias de trincheiras ou dos caprichos do sargento-ajudante da semana.
> Mil perdões, meu Daladier.
> Essa parte do território que é o meu corpo imperfeito não posso colocar à sua disposição. Minha mãe me deu sob custódia. Eu vou conservá-la até o meu último suspiro.
> Meu corpo é meu.
> Propriedade privada.[1]

Essas linhas valeram a cadeia a Henri Jeanson. Detido em novembro de 1939, foi levado à prisão de la Santé e trancafiado como preso comum.

Transcorrido um mês, defende sua pele de pacifista diante de uma assembleia de adversários repletos de medalhas e estrelas. A acusação leu e assinalou algumas frases escritas no *Solidarité internationale antifasciste*, no *Canard enchaîné* e em outros jornais com os quais o réu colabora: "A guerra justifica a existência dos militares suprimindo-os"; "Por que os generais são tão tolos? Porque são recrutados entre os coronéis" etc.

Razão para enfurecer os militares agaloados.

Em sua defesa, Henri Jeanson pode se valer de inúmeros testemunhos, uns mais honrosos que outros: François Mauriac, Joseph Kessel, Tristan Bernard, Louis Jouvet, Arletty… Inúmeros artistas que tomaram a pena – ou a palavra – para defender o amigo, aferrado às próprias convicções: ele é e continuará sendo um pacifista.

A testemunha mais marcial veio com uniforme de capitão: Antoine de Saint-Exupéry. Seu terceiro livro publicado, *Terra dos homens*, acaba de receber o Grande Prêmio da Academia Francesa: enorme sucesso.

A mais insolente atende por Jacques Prévert. Diante da pergunta feita pela acusação – "O senhor tem estima pelo acusado?" –, ele refletiu por longo tempo, antes de assentir com a cabeça:

– Sim, ele ama seu cachorro.

– Como é?!

– Eu disse: "Sim, ele ama seu cachorro".[2]

Ao fim de uma audiência agitada, o tribunal considerou Henri Jeanson culpado por incitar a desobediência militar e a insubmissão dos homens convocados ou mobilizados para o serviço. Pena: cinco anos de prisão e três mil francos de multa.

Henri Jeanson pagou a multa e tomou o caminho da prisão. Ali, releu Paul Claudel: "Que punição exemplar! Esse agravamento da pena me deixou uma lembrança atroz da prisão".[3] Felizmente, será solto alguns dias antes da entrada dos alemães em Paris.

Testemunha memorável no julgamento de seu amigo, Jacques Prévert também poderia ter sido jogado atrás das grades por insolência e pacifismo inveterado. Em setembro de 1939, ele estava em Brest, onde Jean Grémillon rodava *Águas tempestuosas* (com Michèle Morgan e Jean Gabin em pleno idílio). Ele reescrevia os diálogos no momento em que a filmagem começara. A declaração de guerra dispersara os homens da equipe. O poeta-roteirista fora mobilizado assim como os demais.

Entretanto, fiel a um antimilitarismo visceral, havia procurado por todos os meios evitar a convocação. Pedira a um cirurgião próximo do Grupo Outubro para que o operasse de uma apendicite, o que foi feito. Em seguida, passou de uma mesa de operação do 19º arrondissement para o hospital de Val-de-Grâce, para onde seu amigo médico mandara que fosse transferido a fim de não ser acusado de deserção.

Por infelicidade, um oficial o enviou para a Bretanha. De lá, foi transferido para Bourges. A apendicite não passava de uma lembrança. Por não descobrir método mais eficiente, Prévert escolheu tornar-se o rei dos cretinos. Durante um mês, bancou o trapaceiro tão bem que, em novembro, foi enfim reformado. Por ansiedade, palpitações, hiperemotividade, espasmos gástricos e intestinais, exoftalmia, astenia, perda de peso, taquicardia e… bócio.[4]

Em 22 de novembro, retornava a Paris. Um mês depois, desolado, assistia à condenação de seu amigo e cúmplice Henri Jeanson.

Na mesma época, em Marselha, outro célebre pacifista saía da prisão: Jean Giono.

Em 1935, o autor de *Regain* havia criado os Encontros de Contadour: em um planalto da Alta Provença, ele reunia seus discípulos e admiradores, defensores como ele da natureza e da paz. Em 1936, se posicionara contra a intervenção na Espanha e rompera com a esquerda que apoiara até então. Três anos depois, assinava uma petição iniciada por Lecoin e publicava um opúsculo justificando suas posições, solidamente arraigadas desde a guerra de 1914: *nunca mais*. Apoiado pelo filósofo pacifista Alain [Émile-Auguste Chartie] (que aplaudira o Acordo de Munique), havia escrito ao presidente do Conselho, Édouard Daladier, suplicando que não lançasse o país em uma guerra monstruosa. Em Marselha, rasgara os cartazes de mobilização. Os imensos horrores sofridos durante a Primeira Guerra Mundial o haviam convencido de que, em qualquer circunstância, era melhor viver de joelhos do que cair de pé.

Em setembro de 1939, suas ações e posições lhe valeram a prisão. Ele ficou detido no forte Saint-Nicolas por três meses. Graças à intervenção de André Gide e de alguns outros escritores, foi solto.

Durante oito meses ainda, com o apoio de alguns pacifistas, Giono, Prévert e Jeanson poderiam propagar suas convicções sem correr outro risco além de uma sentença de prisão. Entretanto, a Guerra de

Mentira acabaria. Engrossado pelos países que acabava de desmembrar, o exército alemão se voltaria contra a Europa ocidental. Chegaria o tempo da Ocupação, da deportação, da miséria e das lágrimas.

Após o término da guerra, durante os julgamentos de Nuremberg, Alfred Jodl – o chefe do estado-maior das operações militares dentro do Comando Supremo das Forças Armadas alemãs – declararia:

> Só não fomos vencidos em 1939 porque, durante a campanha da Polônia, as 110 divisões francesas e britânicas a Oeste permaneceram absolutamente inativas diante das 23 divisões alemãs.

Se estivessem a par dessa verdade militar, será que os favoráveis ao Acordo de Munique e os pacifistas do pré-guerra teriam mudado de ideia?